

Opinião

O Desenvolvimento do Interior: As Empresas, os Impostos e os Fundos Europeus

Clemente Pedro Nunes *



O Desenvolvimento do Interior, nomeadamente do interior rural do Norte e Centro de Portugal, tornou-se numa urgência nacional depois dos trágicos incêndios de 2017 terem acelerado a destruição económico social destas regiões.

Para se tentar estabilizar o emprego competitivo e auto-sustentado, é imperativo tudo fazer para que as empresas ainda existentes nestas regiões possam sobreviver, para aí poderem manter e criar postos de trabalho.

Para isso, o mais importante não são os subsídios, que sempre arrastam uma pesada máquina burocrática, mas sim criar um regime fiscal

muito agressivo que permita valorizar quem, competindo de forma aberta em economia social de mercado, contribui a partir dessas regiões para aumentar a riqueza criada no conjunto do território nacional. Por isso se considera que o Governo devia criar uma taxa especial de IRC de 5% para todas as micro e pequenas e médias empresas com sede nestas regiões e que aí tenham também a respetiva atividade.

Igualmente, os concelhos mais deprimidos do interior devem ter uma bonificação em sede de IRS para ajudar as empresas a aí reterem os respetivos colaboradores.

Sem um tecido económico dinâmico e minimamente estruturado que opere especialmente nos espaços rurais, que são os que mais têm sido atingidos pela desertificação humana nos últimos 30 anos, os investimentos públicos nestas regiões não são eficazes, nem auto-sustentados.

As políticas públicas para o Interior, nomeadamente aquelas que agora irão utilizar os novos

Fundos Europeus, têm de ter como prioridade conseguirem potenciar os benefícios que estes irão incluir no tecido empresarial aí existente.

E devem também ter em conta as evoluções das atividades económicas dos últimos 30 anos, que eliminaram muitas vertentes da antiga "agricultura de montanha" e que levou a que muitos terrenos se tenham transformado em matagais e zonas florestais arruinadas por sucessivos incêndios. É na articulação entre incentivos fiscais à atividade empresarial e uma utilização eficaz dos novos Fundos Europeus que promova a atividade económica do interior, em especial dos espaços rurais, que deve residir a estratégia para o desenvolvimento económico social do interior do País. É assim da maior importância impulsionar os exemplos que já provaram ter sucesso no terreno e depois multiplicá-las noutros locais.

Como é o caso do sistema de recolha durante todo o ano dos excedentes de biomassa em ecopontos, já existente no Concelho de Viseu, e que permite depois a sua utilização segura, nomea-

damente numa central térmica a biomassa aí existente. Desenvolver sistemas idênticos noutros Concelhos de alta densidade florestal, como é o caso do Pinhal Interior, será uma ótima utilização destes novos Fundos Europeus.

Porque cumpre as três prioridades definidas pela Comissão Europeia e pelo Governo português:

- aumentar a coesão social em todo o território nacional;
- reduzir a propagação dos fogos rurais, e com isso as emissões de CO₂;
- promover uma economia ecologicamente mais sustentável.

É isso que exige uma verdadeira Democracia de Qualidade. ◀

* Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico

Artigo escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico